

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília

Class.: NO AMAR. FBPA

Data: 03.06.90

Pg.: 424



Jorge Cardoso

Tukanos estão entre as nações indígenas que reivindicam terra

Procuradoria quer aumentar terras de nação indígena

O Ministério Público Federal decidiu contestar a demarcação das terras indígenas do Alto Rio Negro, na região conhecida como "cara-de-cachorro", propondo uma ação declaratória contra a União Federal, a Funai e o Ibama. Na ação, ao invés dos 2.600.601 hectares demarcados pela Funai, é reivindicada a fixação da área indígena em 8.150.000 ha, segundo informou ontem o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Assinada pelos procuradores José Roberto Santoro e Aurélio Virgílio Veiga Rios, a ação impetrada na Justiça Federal declara que os oito milhões de hectares constituem área de posse imemorial das nações indígenas Arapaso, Bará, Barasano, Desana, Cubeo, Karapanã, Makuna, Miriti-Tapuya, Pirá-Tapuya, Suryana, Tatuyo, Tukano, da família lingüística Tukano Oriental e Maku-Bará, Maku-Yuhup, Maku-Nawá, da família lingüística Maku.

Na mesma ação, os procuradores pedem a nulidade dos decretos presidenciais de José Sarney, homologando a demarcação de 14 áreas indígenas e a criação de 11 áreas de Florestas Nacionais.

Calha Norte

Os procuradores estiveram na área, em março, recebendo denúncias contra o Calha Norte, que na região do Alto Rio Negro dispõe de

vários pelotões instalados na fronteira devido ao receio já manifestado pelos militares de constituir-se a região num foco de militantes guerrilheiros do M-19.

Segundo o presidente do Conselho Indigenista Missionário, Antônio Brand, o órgão está apoiando a ação pois é de 68% a redução da área indígena pertencente aos índios Tukano e Maku. Segundo o Cimi, a subtração da área aos índios resultará fatalmente na cessão daqueles territórios às mineradoras, como a Parapanema, que já se encontra nas proximidades, extraindo ouro. Segundo o Cimi, os índios têm denunciado arbitrariedades da Funai, que lhes vende materiais e equipamentos e explora a mão de obra indígena, além do recrutamento forçado dos jovens pelo Exército.

No que diz respeito às denúncias ontem publicadas pelo **Jornal de Brasília**, segundo as quais 123 índios Tukano teriam sido expulsos de uma área de 10 mil hectares, dia 9 de maio, pelo Exército, o Cimi aguarda informações de seu escritório, em Manaus.

Segundo Antônio Brand "são muito graves" as acusações contra o Exército, feitas pelos líderes tukano Álvaro Tukano, Carlos Eugênio e Benedito Machado, razão pela qual prefere certificar-se antes de pronunciar-se oficialmente.